

2008

CAIXA GESTÃO DE ACTIVOS S.G.P.S., S.A.

Relatório e Contas 2008

INDICE

A. ÓRGÃOS SOCIAIS	3
B. ESTRUTURA ACCIONISTA	3
C. ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO	4
1. ECONOMIA INTERNACIONAL	4
2. ECONOMIA PORTUGUESA	6
3. MERCADO DE CAPITAIS.....	9
4. MERCADO IMOBILIÁRIO.....	11
5. PERSPECTIVAS PARA 2009.....	12
D. MERCADO DE GESTÃO DE ACTIVOS EM PORTUGAL EM 2008	14
E. ACTIVIDADE DA CAIXA GESTÃO DE ACTIVOS EM 2008	17
1. ASPECTOS GERAIS.....	17
2. FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO & PATRIMÓNIOS - CAIXAGEST.....	18
3. FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FUNDIMO.....	21
4. FUNDOS DE PENSÕES - CGD PENSÕES.....	23
5. ESTRUTURA OPERACIONAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	25
6. RECURSOS HUMANOS.....	26
7. SUPERVISÃO E COMPLIANCE.....	27
F. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E CAPITAIS PRÓPRIOS.....	28
G. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	30
H. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
I. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO SOCIETÁRIO.....	32

EM ANEXO:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - NOTAS EXPLICATIVAS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

A. ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Secretário	Dr. António Pereira Grada Ferreira
Secretário	Dr. Pedro Manuel Rodrigues de Araújo Martinez

Conselho de Administração

Presidente	Dr. Pedro Oliveira Cardoso
Vice-Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Vogal	Dr. António Francisco Araújo Pontes
Vogal	Eng. Filipe Raimond da Silva Amado
Vogal	Dr. Fernando Manuel Domingos Maximiano
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr. António Joaquim Sousa

Órgão de Fiscalização (Fiscal único)

Efectivo	Deloitte & Associados, SROC, SA, <i>representada pela</i> Dr. ^a Maria Augusta Cardador Francisco
Suplente	Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

B. ESTRUTURA ACCIONISTA

A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., é detentora da totalidade do capital social da Caixa Gestão de Activos, S.G.P.S., S.A..

RELATÓRIO DA GESTÃO

C. ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

1. ECONOMIA INTERNACIONAL

Evolução Global

O ano de 2008 foi marcado pela intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais que teve origem nos EUA em Agosto de 2007, com uma gradual propagação à actividade económica.

Taxas de variação (em %)

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
União Europeia (25)	2,9	1,0	2,4	3,7	7,1	7,2
Área do Euro ^(*)	2,7	0,9	2,1	3,3	7,5	7,8
Alemanha	2,5	1,3	2,3	2,8	8,4	7,1
França	2,2	0,8	1,6	3,2	8,3	7,8
Reino Unido	3,0	0,7	2,3	3,4	5,3	5,7
Espanha	3,7	1,2	2,8	4,1	8,3	11,3
Itália	1,5	-0,6	2,0	3,5	6,1	6,7
EUA	2,0	1,1	2,6	3,4	5,0	7,9
Japão	2,4	-0,3	-0,4	0,6	3,8	4,0

FMI: World Economic Outlook Update - Janeiro de 2009

(*) CE: Interim Forecast - Janeiro 2009

Segundo os últimos dados disponíveis, é expectável que a economia mundial tenha registado um crescimento do produto de 3,3% em 2008, face aos 5,2% que se verificaram no exercício precedente. Embora em desaceleração, as economias emergentes deverão ter continuado a ser as principais dinamizadoras do crescimento mundial, com uma progressão estimada de 6,3% em 2008. Merece destaque a performance da China e da Índia, que deverão ter registado taxas de crescimento de 9,0% e 7,3%, respectivamente.

Em contraste com estes níveis robustos de crescimento, as economias mais avançadas deverão ter visto o ritmo de expansão da sua actividade económica ser reduzido para patamares muito baixos, sendo inclusivamente expectável um decréscimo do produto no Japão na ordem dos 0,3% em 2008.

Durante o primeiro semestre, os sinais de desaceleração económica foram-se tornando cada vez mais evidentes, sobretudo nos EUA, enquanto na Europa se mantinha ainda como principal preocupação a subida da inflação. No segundo semestre, a deterioração do balanço das instituições financeiras, com anúncios sucessivos de perdas elevadas, acentuou a turbulência nos mercados.

A incerteza e o aumento do risco de contraparte atingiram uma dimensão que levou à quase paralisia dos

mercados monetários interbancários e de dívida privada, obrigando os bancos centrais à tomada de medidas excepcionais, que passaram pela criação de novas linhas de financiamento, pelo alargamento do leque de instituições e colaterais elegíveis e pela flexibilização de regras contabilísticas.

Neste enquadramento, mas também como forma de fomentar a actividade económica, os Bancos Centrais procederam a sucessivas descidas das taxas de referência, bem como a injeções de liquidez.

A 8 de Outubro de 2008, numa iniciativa inédita, o Banco Central Europeu, a Reserva Federal e o Banco de Inglaterra procederam a um corte nas taxas de referência em 50 p.b.. Estas instituições procederam posteriormente a novas descidas, tendo a taxa directora no final do ano sido fixada em 2,5% na Zona Euro e num patamar entre zero e 0,25% nos EUA.

Finalmente, em consequência da diminuição da procura a nível mundial, os preços dos combustíveis e das *commodities* têm vindo a diminuir consideravelmente, tendo o petróleo passado de uns historicamente elevados 147 dólares, em Julho, para patamares abaixo de 40 dólares durante Dezembro de 2008.

União Europeia

Os primeiros sinais de abrandamento económico na Zona Euro surgiram no final de 2007. A turbulência verificada nos mercados financeiros internacionais teve como consequência uma diminuição dos índices de confiança dos consumidores e empresas, o que, a par da subida do preço dos bens energéticos e da apreciação do euro verificada na primeira metade do ano, deixou antever a desaceleração da actividade económica que se verificou em 2008.

INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

	Taxas de variação (em %)			
	União Europeia		Zona Euro	
	2007	2008	2007	2008
Produto Interno Bruto (PIB)	2,9	1,0	2,7	0,9
Consumo privado	2,2	1,0	1,6	0,5
Consumo público	2,0	2,2	2,3	2,1
FBCF	5,4	0,4	4,3	0,6
Procura Interna	3,0	n.d.	2,5	n.d.
Exportações	5,0	n.d.	5,9	n.d.
Importações	5,2	n.d.	5,4	n.d.
Taxa de Inflação (IHPC)	2,4	3,7	2,1	3,3

CE: Interim Forecast - Janeiro 2009

Deste modo, a Comissão Europeia antecipa para 2008 um crescimento do PIB na União Europeia e na Zona Euro de 1,0% e 0,9%, respectivamente, o que representa uma relevante desaceleração face ao verificado em 2007 (2,9% e 2,7%). Esta performance será bastante condicionada pela Irlanda e Itália, que devem apresentar no final de 2008 uma diminuição do produto nacional de 2,0% e 0,6%, respectivamente.

Até Julho, o constante aumento do preço do petróleo provocou um acréscimo nos custos de produção,

que, por sua vez, se reflectiu no preço a que os bens se encontravam acessíveis no mercado. Desta forma o rendimento disponível pela população da zona euro registou um decréscimo no primeiro semestre de 2008, o que provocou uma desaceleração no consumo privado.

Por outro lado, a apreciação do euro face ao dólar contribuiu para a redução da dinâmica das exportações, uma vez que os bens produzidos na zona euro se tornara relativamente mais caros para os parceiros comerciais.

De acordo com a Eurostat, a Zona Euro entrou em recessão técnica no terceiro trimestre de 2008, uma vez que apresentou crescimento do produto negativo em dois trimestres consecutivos (-0,2%). Esta redução do Produto foi provocada pelo decréscimo verificado no crescimento do investimento, bem como pelo aumento das importações.

No que diz respeito à evolução dos preços, a taxa homóloga de inflação em Dezembro foi de 1,6%, o que representa um relevante decréscimo em relação aos 4,0% verificados em Julho. Face à súbita diminuição das pressões inflacionistas, o BCE decidiu abandonar a política monetária seguida desde 2005, caracterizada por subidas sucessivas das taxas de referência como instrumento para controlo da taxa de inflação.

No último trimestre de 2008, a autoridade monetária da Zona Euro interveio por três vezes na taxa directora, acumulando uma descida de 1,75 p.p., tendo-a fixado em 2,5% na reunião de 4 de Dezembro de 2008. A par da descida da taxa directora, o BCE decidiu ainda alargar a lista de activos elegíveis como garantia em operações de crédito do Eurosistema.

De modo a atenuar os efeitos da crise económica, a Comissão Europeia aprovou em Dezembro um plano no qual prevê a utilização de 1,5% do PIB europeu em medidas de relançamento da economia, o que, em conjugação com a redução das receitas deverá conduzir ainda em 2008 a um aumento do défice do Sector Público Administrativo, devendo este fixar-se em 2,0% do PIB.

2. ECONOMIA PORTUGUESA

Evolução Global

Em 2008 a economia portuguesa deverá apresentar um crescimento do PIB de 0,2%, o que representa uma relevante desaceleração face ao verificado em 2007 (1,9%).

Este desempenho terá sido bastante condicionado pela Formação Bruta de Capital Fixo e pelas Exportações que terão um contributo menos positivo para o crescimento do produto, sendo inclusivamente expectável que o investimento apresente uma redução de 0,8% face a 2007.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

	(em %)		
	2006	2007	2008
PIB (Taxas de variação real)	1,4	1,9	0,2
Consumo privado	1,9	1,6	1,4
Consumo público	-1,4	0,0	0,1
FBCF	-0,7	3,2	-0,8
Procura Interna	0,8	1,8	0,8
Exportações	8,7	7,5	0,3
Importações	5,1	5,6	2,3
Taxa de Inflação (IHPC)	3,0	2,4	2,7
Rácios			
Taxa de desemprego	7,8	8,1	7,8
Défice do SPA (em % do PIB)	-3,9	-2,6	-2,2
Dívida Pública (em % do PIB)	64,7	63,6	64,6

CE: Interim Forecast - Janeiro 2009

Estes valores incorporam o agravamento do enquadramento internacional com a propagação da crise dos mercados financeiros à economia real, que se reflectiu na diminuição da Procura externa dirigida à economia portuguesa, com a consequente desaceleração das exportações, que deverão ter apresentado uma redução de 7,2 p.p. no seu crescimento, fixando-se em 0,3% em 2008.

No mesmo sentido, a deterioração da confiança por parte dos investidores e consumidores, em conjugação com uma maior restritividade no acesso ao crédito, deverá ter-se reflectido no investimento e consumo, nomeadamente no crédito à habitação.

De facto, o contexto de elevada incerteza relativa à evolução da economia e de elevado nível de endividamento que as famílias portuguesas enfrentam, poderá ter conduzido a uma reavaliação das decisões de consumo por parte dos particulares, não obstante a redução da taxa normal do IVA de 21% para 20% que se verificou em Julho de 2008.

Ao nível da inflação, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá ter verificado uma média anual de crescimento de 2,7%, o que representaria um acréscimo de 0,3 p.p. face ao verificado no ano precedente. Esta evolução foi bastante condicionada pelo aumento dos preços verificado nos bens energéticos e de matérias-primas na primeira metade do ano, que entretanto se inverteu, fruto da redução da procura a nível mundial e consequente aumento das reservas.

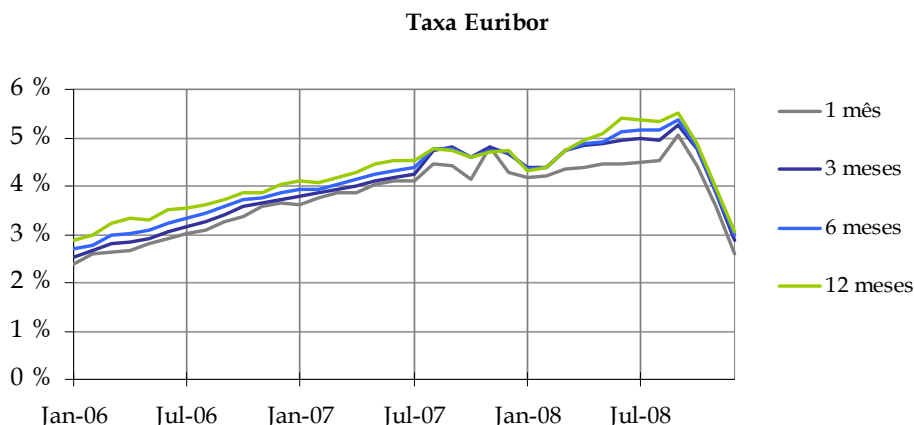
A taxa de desemprego em 2008 deverá apresentar uma ligeira redução dos 8,1% verificados em 2007 para os 7,8%, o que pode ser explicado pelo desfasamento existente entre o ciclo económico e as consequências a nível do mercado de trabalho. Deste modo, o reflexo da crise económica que actualmente se verifica, apenas deverá ter repercussões na taxa de desemprego em 2009.

Finalmente, o défice do Sistema Público Administrativo deverá apresentar uma redução de 0,4 p.p. face a 2007 (-2,2%), o que se encontra em linha com o definido no Relatório sobre a Orientação da Política Orçamental.

Taxas de Juro

Tal como referido anteriormente, até Julho o Banco Central Europeu prosseguiu uma política de incremento das taxas directoras como forma de garantir um nível de inflação compatível com a estabilidade de preços, tendo neste mês procedido a um aumento de 25 p.b. na taxa de referência.

No entanto, após esta data, as pressões inflacionistas foram-se reduzindo, à medida que os preços do petróleo e das principais matérias-primas diminuían, fruto da redução da procura mundial.



Com os sinais cada vez mais evidentes de dificuldades na economia europeia, e conseqüente aumento da incerteza e da percepção do risco, o mercado monetário apresentou crescentes sinais de ineficiência, o que implicou que o BCE procedesse a diversas injeções monetárias, como forma de garantir as necessidades de liquidez dos bancos.

Apesar da disponibilização de avultados montantes, o spread exigido nas operações de financiamento foi aumentando bastante, atingindo 150 p.b. em Outubro de 2008. Esta tendência ascendente apenas foi invertida em Novembro, após duas intervenções do BCE que totalizaram 100 p.b..

Até ao final do ano, a autoridade monetária da Zona Euro ainda interveio sobre a taxa directora mais uma vez, fixando a mesma em 2,5%.

Fruto das alterações efectuadas pelo BCE nas taxas directoras, as taxas activas e passivas no sistema bancário inverteram a tendência ascendente a partir de Outubro, sendo expectável que as mesmas se aproximem da taxa de referência a médio prazo.

Evolução cambial

A taxa de câmbio do euro face ao dólar registou, em Dezembro de 2008, um valor médio de 1,345 USD, o que representa uma desvalorização de 7,7% face ao ano anterior. Até Julho de 2008, o euro apresentou valorizações face ao dólar, tendo atingido nesta data um valor de 1,577 USD. Esta tendência foi invertida com a divulgação de dados económicos da Zona Euro mais negativos que o expectável.

Face à libra esterlina, o euro obteve uma valorização de 24,6% em 2008, registando, em sentido inverso, uma depreciação face ao iene japonês (-25,1%).

3. MERCADO DE CAPITAIS

Mercado Obrigacionista

Os mercados obrigacionistas registaram dois momentos distintos durante 2008. O primeiro semestre foi caracterizado pelo aumento das taxas de rendimento das obrigações (yields), resultado do aumento da inflação e da subida das expectativas de crescimento dos preços. O forte aumento do preço das matérias-primas, em particular do petróleo, contribuiu para o agravamento dos receios em torno da estabilidade dos preços. A partir do início do segundo semestre, o agravamento das incertezas em torno do crescimento económico e o consequente aumento da aversão ao risco, tiveram reflexos negativos sobre o desempenho dos mercados de acções e de crédito, que, a par das reduções de taxas directoras por parte dos Bancos Centrais, levaram a que as yields passassem a mostrar uma tendência de descida. As taxas de rentabilidade das obrigações a 10 anos americanas encerraram o ano nos 2.21%, 181 p.b. abaixo do seu valor inicial. Na Zona Euro, a descida das yields foi, à semelhança do ano anterior, menos pronunciada, registando uma diminuição de 135 p.b. para os 2.95%. Em ambos os casos, as taxas de juro, quer das obrigações americanas, quer das obrigações europeias, encerraram o ano de 2008 perto dos valores mais baixos de sempre.

Taxas de Juros das Obrigações a 10 anos

	2007	2008
EUA	4,03%	2.21%
Reino Unido	4,57%	3.02%
Japão	1,51%	1.18%
França	4,42%	3.41%
Alemanha	4,32%	2.95%
Espanha	4,40%	3.81%
Portugal	4,55%	3.97%

Valores no final do ano.

Em Portugal, as taxas de rendibilidade da dívida pública portuguesa a 10 anos desceram de 4.55% para 3.97%, no final do ano, tendo registado o valor máximo de 5.09% em Julho.

Mercado Accionista

Os mercados accionistas apresentaram ao longo de 2008 uma tendência de descida, tendo os principais índices bolsistas atingido, no mês Novembro, os níveis mais baixos dos últimos 11 anos. A queda deste mercado, que se acentuou particularmente durante o segundo semestre, foi resultado do agravamento das preocupações quanto à intensidade e duração do abrandamento económico à escala mundial, dos elevados receios em relação à liquidez e solvência do sector financeiro, tendo tido especial impacto as notícias relacionadas com as agências governamentais para o sector da habitação nos EUA (Freddie Mac e Fannie Mae), os receios de falências de algumas instituições financeiras (Morgan Stanley, Merrill Lynch e AIG), e as falências dos bancos Lehman Brothers e Washington Mutual nos EUA. A limitada informação quanto ao impacto da crise nos bancos continuou a paralisar os mercados monetários interbancários. Esta conjuntura gerou um fortíssimo aumento dos indicadores de aversão ao risco, os quais registaram valores máximos históricos, e levou os investidores a refugiarem-se em títulos emitidos por entidades governamentais, apesar das inúmeras medidas de política monetária e fiscal implementadas pelas autoridades, muitas das quais sem precedentes.

Principais Índices Bolsistas

	2007		2008	
	Índice	Variação (%)	Índice	Variação (%)
Dow Jones (Nova Iorque)	13 281	+6,6%	8776	-33.8%
Nasdaq (Nova Iorque)	2 651	+9,8%	1577	-40.5%
FTSE (Londres)	6 457	+3,8%	4434	-31.3%
NIKKEI (Tóquio)	15 308	-11,1%	8860	-42.1%
CAC (Paris)	5 614	1,3%	3218	-42.7%
DAX (Frankfurt)	8 067	22,3%	4810	-40.4%
IBEX (Madrid)	15 182	7,3%	9196	-39.4%
PSI-20 (Lisboa)	13 019	16,3%	6314	-51.3%

Em Portugal, à semelhança dos mercados internacionais a tendência ao longo do ano foi de queda, o mercado accionista registou uma descida de 51.3%, contra a subida de 16.3% em 2007.

4. MERCADO IMOBILIÁRIO

Mercado Nacional

A crise que afectou, em 2008, os mercados financeiros e a economia em geral, teve um forte impacto no mercado imobiliário, em particular a partir do final do terceiro trimestre. Para além da retracção geral da procura, as dificuldades sentidas no acesso ao crédito foram factores determinantes para esta situação.

O mercado residencial foi um dos mais afectados, na sequência de uma tendência que já vinha a ser sentida. Verificou-se igualmente uma enorme retracção no desenvolvimento e construção de novos empreendimentos, não só pelas dificuldades de acesso ao crédito, como pela revisão em baixa das projecções que sustentavam a sua viabilidade. Particularmente afectados, para além de projectos de construção de habitação, foram projectos de turismo residencial.

O mercado institucional de investimento teve um comportamento de certo modo irregular, muito ligado à liquidez dos fundos de investimento. O sector que teve maior peso nas transacções foi o dos escritórios, seguindo-se o do retalho e o industrial. As *prime yields* praticadas sofreram em geral um acréscimo, que se situou entre 0,75% e 1,0%, fruto inicialmente da subida das taxas de juro, e posteriormente de um crescimento do prémio de risco exigido pelos investidores.

No que diz respeito aos fundos de investimento imobiliário nacionais, a pressão dos resgates e a significativa redução das subscrições nos fundos abertos fizeram-se sentir ao longo de todo o ano, reduzindo ou anulando a sua capacidade de investimento, e obrigando, nalguns casos, ao recurso ao endividamento. No que diz respeito aos fundos fechados, de um modo geral mais virados para projectos de desenvolvimento, tiveram que rever em baixa as suas projecções, tendo, nalguns casos, sofrido dificuldades acrescidas por restrições no acesso ao crédito. No final de 2008, a Fundimo era a sociedade gestora que concentrava o maior volume de activos sob gestão, com uma quota de 12,0%, seguida pela Interfundos e pela ESAF, com quotas de respectivamente 10,8% e 10,4%.

Sem grande actividade por parte dos investidores institucionais, o ano terminou com poucas transacções e com os poucos interessados a quererem fazê-las pressionando fortemente para baixo os preços de transacção. O investimento estrangeiro manteve-se na casa dos 50%, sendo no entanto as transacções efectuadas de menor dimensão do que era habitual.

Mercado Imobiliário Internacional

De um modo geral, o mercado internacional sofreu igualmente as consequências da crise económica e dos mercados financeiros. No entanto, os fundos alemães ainda atravessaram um período de excesso de liquidez, tendo a notícia da consequente intenção de efectuar aquisições na Europa trazido alguma esperança ao mercado; contudo, os elevados resgates verificados nos últimos meses na Alemanha, uma

das últimas economias europeias a sofrer os efeitos da crise, desfizeram essa esperança.

O mercado inglês, que nos anos anteriores tinha registado elevadas valorizações, sofreu uma forte queda, com grandes desvalorizações do património e a consequente pressão sobre os resgates dos fundos de investimento.

O mercado espanhol, que tem forte influência sobre o comportamento do mercado português de promoção e que registara igualmente grandes valorizações nos últimos anos, é dos que mais tem sofrido com a crise, verificando-se uma enorme retracção por parte dos investidores, fortemente alavancados, e uma grande queda nos valores das poucas transacções efectuadas.

5. PERSPECTIVAS PARA 2009

A economia mundial deverá apresentar em 2009 um crescimento muito fraco, próprio de um ambiente recessivo, com a maioria das regiões desenvolvidas a registarem uma contracção da actividade económica. A prolongada crise financeira continuará a fazer sentir os seus efeitos ao nível das restrições ao crédito e, consequentemente, das intenções de investimento dos agentes económicos. Por outro lado, a deterioração do mercado de trabalho irá afectar negativamente o consumo global das famílias, assim como o mau desempenho dos lucros condicionará o investimento das empresas.

A queda dos preços das matérias-primas verificada na segunda metade de 2008 e o menor ritmo da actividade económica deverão contribuir para uma acentuada descida da inflação, perspectivando-se por isso um relaxamento da política monetária por parte dos bancos centrais e o lançamento de medidas de política fiscal destinadas a suportar e relançar a actividade económica.

As taxas de juro de longo prazo, que atingiram valores mínimos históricos no final de 2008, deverão manter a tendência de descida até que a economia dê sinais de alguma recuperação, podendo descer ainda mais, se a recessão se prolongar, acentuando os riscos de deflação. O nível das taxas de juro poderá também ser alterado se os bancos centrais tomarem medidas não convencionais que envolvam a compra de obrigações de longo prazo em mercado.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelas autoridades monetárias, a crise no sistema financeiro e no mercado de crédito não se encontra ainda debelada. O impacto da acentuada deterioração do ambiente económico no aumento do número de falências de empresas e do desemprego, pode conduzir a um brusco aumento do crédito mal parado. Por este motivo tem-se verificado um forte aumento dos *spreads* desde 2007 e as novas emissões de dívida estão a ser colocadas em níveis tais, que permitem, de forma selectiva, encontrar oportunidades de investimento cujo potencial de rendibilidade seja muito atractivo.

Os mercados accionistas, depois de terem registado em 2008 um dos piores desempenhos de sempre, irão continuar a sofrer as consequências da conjuntura económica, espera-se por isso que o crescimento dos resultados das empresas seja novamente negativo e que os índices bolsistas registem elevada volatilidade, perante um quadro de grande incerteza. Não é, no entanto, de excluir que a forte capacidade de antecipação deste tipo de mercados, permita aos investidores mais ágeis beneficiarem de fases de recuperação de mercado, originadas pela inversão de expectativas dos investidores.

Embora em 2008 tenhamos já assistido a um considerável ajustamento do preço a que os investidores estavam dispostos a aceitar por um determinado risco, o enquadramento económico não é ainda favorável aos mercados financeiros em geral e ao dos fundos de pensões, em particular. No entanto, os baixos níveis de taxas de juro, que deverão ser a norma em 2009, tornarão este tipo de produtos mais competitivos e apelativos para o aforrador, em particular os de risco reduzido e que privilegiem estruturas de capital garantido.

D. MERCADO DE GESTÃO DE ACTIVOS EM PORTUGAL EM 2008

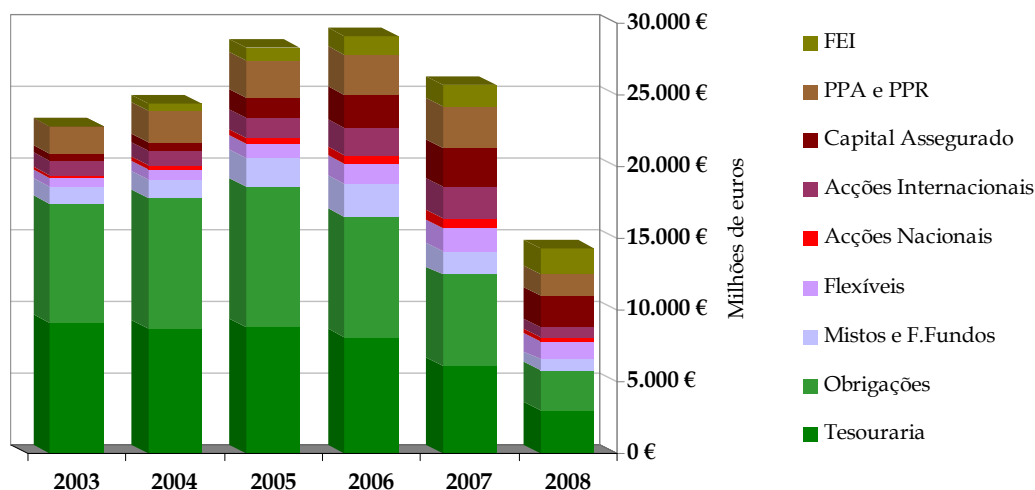
A evolução verificada na actividade económica teve, naturalmente, um impacto diferenciado nas várias componentes do mercado de gestão de activos.

Fundos de Investimento Mobiliário

O mercado de fundos de investimento mobiliário português registou uma diminuição acentuada em 2008. No final do ano, o valor dos activos geridos pelo conjunto das sociedades gestoras portuguesas situava-se em 14.344 Milhões de Euros (M€), o que correspondeu a uma queda de 44% face aos valores do início do ano.

A diminuição dos montantes sob gestão foi mais acentuada nos Fundos de Acções que baixaram 66% e nos Fundos de Obrigações e de Tesouraria que representavam cerca de 50% do mercado português e que perderam 6.526 M€ (50%). Ao longo do ano só se registaram aumentos de volume nos Fundos Especiais de Investimento (FEI).

MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Ao longo do ano foram constituídos 32 fundos, maioritariamente Fundos Especiais de Investimento e Fundos Flexíveis, e foram liquidados 30 fundos, especialmente Fundos de Capital Garantido e Fundos de Fundos, o que elevou para 292, o número de fundos mobiliários portugueses em actividade.

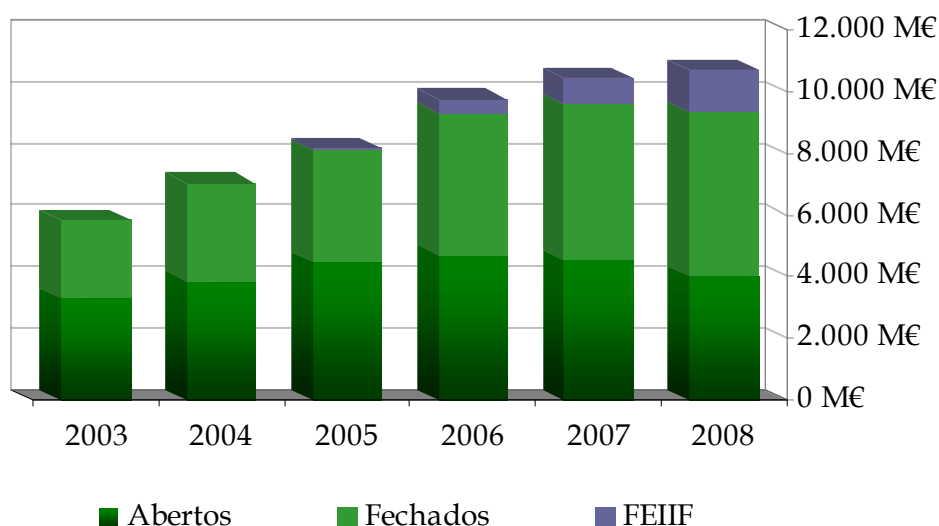
No final de 2008, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 88,2% do mercado de Fundos Mobiliários, situando-se a quota de mercado da Caixagest em 25,2%, mais 1,07% que em 2007.

Fundos de Investimento Imobiliário

O mercado de fundos de investimento imobiliário português registou uma taxa de crescimento de 2,5% no ano de 2008, tendo o valor dos activos geridos pelo conjunto das sociedades gestoras portuguesas aumentado 265 Milhões de Euros (M€) para 10.714 M€.

Este crescimento centrou-se nos Fundos Especiais de Investimento Imobiliário (FEIIF) e nos Fundos Imobiliários Fechados que registaram aumentos de 549 M€ e 242 M€, respectivamente. Os Fundos Imobiliários Abertos, pelo contrário, registaram um decréscimo de 525 M€.

MERCADO DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

Em 2008 foram constituídos 32 novos fundos, maioritariamente FEIIF, e foram liquidados apenas 4 fundos, elevando para 232 o número de fundos imobiliários portugueses em actividade.

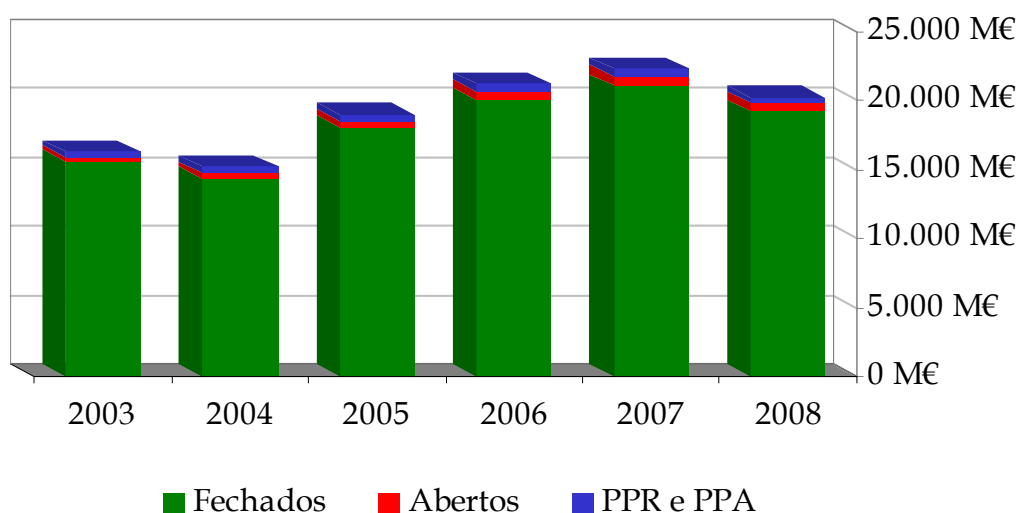
O mercado nacional de Fundos imobiliários encontra-se disperso por 37 sociedades gestoras. No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras de fundos imobiliários portuguesas concentravam 48% do mercado, tendo a quota de mercado da Fundimo aumentado de 12,2% para 12,6%, durante o ano.

Fundos de Pensões

Em 2008, o montante do mercado português de fundos de pensões registou um decréscimo de 9,5% para 20 242 Milhões de Euros (M€).

Os Fundos Fechados registaram um decréscimo de 8,8%, para 19 241 M€, continuando a dominar este mercado com uma quota de 94% do total de fundos de pensões. O montante dos Fundos de Pensões Abertos, incluindo os PPR e PPA, baixou 20% para 1000 M€.

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES PORTUGUÊS



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal

Durante o ano, foram constituídos 5 fundos de pensões fechados e 6 fundos abertos, e simultaneamente, assistiu-se à extinção de 5 fundos fechados. No final de 2008, o mercado estava representado por 230 fundos, geridos por 28 sociedades gestoras.

No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras de fundos de pensões portuguesas concentravam 77% do mercado, tendo a quota da CGD Pensões aumentado de 6,5% para 7,8%.

E. ACTIVIDADE DA CAIXA GESTÃO DE ACTIVOS EM 2008

1. ASPECTOS GERAIS

Em 31 de Dezembro de 2008, o universo das empresas integrantes da Caixa Gestão de Activos - Grupo Caixa Geral de Depósitos, detinham sob gestão e aconselhamento activos que totalizavam 24.287 M€, menos 3% que em 2007.

ACTIVOS GERIDOS PELO GRUPO CAIXA GERAL DEPÓSITOS

Unid.: Milhões de euros

	2007	2008	Variação	
			Valor	%
Activos geridos				
Fundos Mobiliários (Caixagest)	6.217	3.614	-2.603	-42%
Fundos Imobiliários (Fundimo)	1.271	1.348	77	6%
Fundos de Pensões (CGD Pensões)	1.452	1.578	125	9%
Carteiras sob Gestão (Caixagest) ¹	15.784	15.895	111	1%
Carteiras sob aconselhamento (Caixagest)	304	276	-27	-9%
Total	25.027	22.709	-2.318	-9,3%

¹ As carteiras sob Gestão (Caixagest) não incluem os Fundos de Pensões referidos na linha anterior

Destacam-se, seguidamente, para cada uma das sociedades integradas, os principais aspectos que caracterizaram o ano de 2008.

2. FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO & PATRIMÓNIOS - CAIXAGEST

EVOLUÇÃO COMERCIAL

Fundos de Investimento Mobiliário

Em resultado da crise financeira que assolou os mercados de capitais em 2008, assistiu-se a uma forte queda nos montantes sob gestão no mercado de Fundos de Investimento Mobiliário. Durante este período o volume gerido pela Caixagest baixou para 3.614 M€, o que representa uma variação percentual de -42% face ao final do ano anterior.

Ao longo de 2008, a crise internacional nos mercados financeiros e em particular no mercado de crédito, e o aumento das volatilidades, foram factores que afectaram as rendibilidades dos fundos de tesouraria e de taxa indexada. Por outro lado, os mercados accionistas também registaram quedas históricas ao longo do ano, que se reflectiram automaticamente na desvalorização deste segmento de fundos, levando a uma menor procura dos mesmos por parte dos investidores. Alguns dos Fundos Especiais de Investimento registaram uma melhor evolução comercial em 2008.

Apesar da situação registada, que afectou a generalidade dos intervenientes do mercado, a Caixagest reforçou durante o ano de 2008 a sua posição de liderança no segmento de Fundos de Investimento Mobiliário passando a deter no final do ano uma quota de mercado de 25,2%, mais 1,1% que em 2007.

Em parceria com as Direcções Comerciais e de Marketing da CGD, a Caixagest prosseguiu uma estratégia de diversificação da sua oferta através do lançamento de fundos inovadores:

- Os Fundos Caixa Monetário e Caixa Capitalização destinados a clientes com um perfil conservador e que pretendem soluções de investimento de curto e médio prazo mais adaptadas às condições de mercado ao longo de 2008.
- Cinco Fundos Especiais de Investimento captaram um total de 144. M€ e que oferecem a possibilidade de investir no mercado accionista, sem risco de capital e com um rendimento mínimo assegurado.
- Os Fundos Caixa Monetário e Caixa Capitalização destinados a clientes com um perfil conservador e que pretendem soluções de investimento de curto e médio prazo mais adaptadas às condições de mercado ao longo de 2008 e cujas carteiras tendem a ser constituídas maioritariamente por Depósitos a Prazo e Obrigações emitidos pela Caixa e activos que possuam aval/garantias do Estado Português ou de outros Estados da União Europeia.

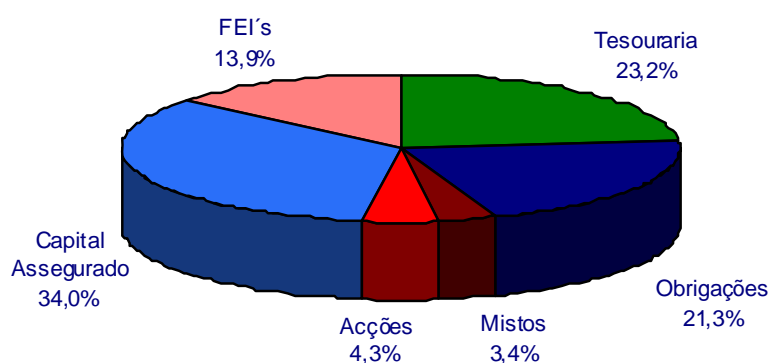
Durante ao ano de 2008 terminaram oito fundos de capital garantido/assegurado de acordo com o previsto no Prospecto dos mesmos:

- Em Fevereiro, o fundo de investimento mobiliário fechado Caixagest Maximizer 2008 - Capital Garantido, que registou uma valorização de 23,42%, em cinco anos de actividade.
- Em Maio, o fundo de investimento mobiliário fechado Caixagest Selecção 2008 - Capital Garantido terminou com um valorização no período de 4 anos de 23,47%.
- Os meses de Junho e Julho assistiram ao término dos fundos de investimento mobiliário fechado de Caixagest Premium I Capital Garantido e Caixagest Premium II Capital Garantido, que em 5 anos distribuíram rendimentos anuais totalizando 2,1620€ e 2,1433€ por unidade de participação, respectivamente.
- Em Outubro, o fundo de investimento mobiliário Maximizer II - Capital Garantido terminou com uma valorização de 15,47% em cinco anos.
- Nos últimos meses do ano, os fundos especiais de investimento fechados Caixagest Selecção Mais 2008, Caixagest Selecção Oriente 2008 e Caixagest Selecção Emergentes 2008, liquidaram, registando em 3 anos valorizações de 10,55%, 9,38% e 2,92%, respectivamente.

A generalidade dos fundos vencidos em 2008 apresentou rendibilidades bastante atractivas, apesar das quedas dos mercados a que assistimos.

No final de 2008, a Caixagest geria uma carteira de 50 fundos de investimento mobiliário amplamente diversificada por vários mercados financeiros internacionais e, conseqüentemente, adaptada aos diversos segmentos de investidores.

Distribuição dos Fundos geridos pela Caixagest em 31 de Dezembro de 2008



Gestão de Patrimónios

Num cenário de subida das taxas de juro, onde as incertezas dos mercados financeiros afectaram de forma significativa a evolução dos mercados de capitais, a actividade de gestão de patrimónios caracterizou-se naturalmente por alguma retracção em 2008.

Devido à conjuntura dos mercados, a Caixagest procurou dar um maior enfoque na actividade comercial do serviço de Gestão de Patrimónios, procurando estar mais próximo da rede comercial e dos respectivos clientes em carteira, continuando a desenvolver os esforços necessários no sentido da captação de novos clientes e apresentando propostas de investimento adequadas à nova conjuntura.

Apesar da saída de alguns clientes particulares, registaram-se importantes captações de clientes Institucionais com elevada capacidade financeira, através da oferta de soluções de investimento necessariamente mais conservadores.

EVOLUÇÃO FINANCEIRA

O ano de 2008 ficou marcado pela forte diminuição dos resultados líquidos da Caixagest para o valor de 4,3 M€, menos 46% do que no ano anterior. Este desenvolvimento foi consequência do decréscimo do montante de activos geridos (-42%), que se reflectiu desfavoravelmente na cobrança de comissões de gestão consolidadas.

Os encargos com serviços e comissões registaram também um forte decréscimo devido à diminuição das comissões de comercialização pagas ao banco comercializador, a Caixa Geral de Depósitos. Os custos de funcionamento no valor de 8,4 M€ foram praticamente iguais aos do ano anterior.

Neste período, a Caixa Geral de Depósitos recebeu, resultado directo desta actividade, 4,1 M€ de comissões de depositário, 18,5 M€ de comissões de comercialização e 0,6 M€ de comissões de subscrição e resgate.

SOCIEDADE GESTORA

(Milhares de Euros)

	2007	2008	Varição homóloga
Activo líquido	43 742	43 123	-1%
Capitais próprios	34 095	35 450	4%
Resultado líquido	7 908	4 298	-46%
Capital social	9 300	9 300	
% GRUPO CGD	100,0%	100,0%	

3. FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FUNDIMO

EVOLUÇÃO COMERCIAL

Durante o ano de 2008, a Fundimo lançou três novos fundos de investimento imobiliário por subscrição particular, dos quais dois fundos especiais de investimento imobiliário. No final do ano o seu portfólio de produtos registava um fundo aberto e vinte e cinco fundos fechados por subscrição particular, dos quais quatro classificados como fundos especiais.

Fundos Imobiliários sob Gestão

(Milhões de Euros)

	2007	2008	Var 2008
Fundo Imobiliário Aberto	822	785	-5%
Fundos Imobiliários Fechados	441	541	23%
Fundos Especiais de Investimento	8	22	182%
Total:	1.271	1.348	6%

De um modo geral, os vários fundos sofreram as consequências da crise que, em 2008, afectou os mercados financeiros e a economia.

No que diz respeito ao fundo aberto, o seu desenvolvimento foi fortemente afectado pela aumento significativo do número de resgates e pelo abrandamento do ritmo de subscrições, em consequência da crise e da concorrência das taxas de juro praticadas nos depósitos a prazo, o que levou à necessidade de um acréscimo do endividamento do Fundo, tendo em vista a necessidade de garantir as suas obrigações contratuais. O acréscimo de endividamento e a redução da rentabilidade de alguns imóveis, resultante da redução das respectivas *yields*, da necessidade de constituição de provisões devido a incumprimentos e à desvalorização de mercado do próprio imóvel, levou a uma redução da rentabilidade do Fundo, em linha aliás com o que se passou com a generalidade do mercado. Apesar destes factores, o Fundo Fundimo terminou o ano de 2008 com uma rentabilidade, líquida de imposto, de 3,89%.

Quanto aos fundos fechados geridos pela Fundimo, encontrando-se a maior parte associados a projectos de desenvolvimento, tiveram que rever em baixa as suas projecções, tendo, nalguns casos, sofrido dificuldades acrescidas devido a restrições de acesso ao crédito.

EVOLUÇÃO FINANCEIRA

Em termos globais, o ano de 2008, caracterizou-se por um ligeiro aumento da actividade da Fundimo, resultante fundamentalmente do acréscimo de actividade dos fundos fechados, já que se verificou uma redução do valor líquido global do Fundo Fundimo. O aumento do número de fundos fechados sob gestão e do montante de activos por si geridos e o valor das comissões de resgate cobradas relativas ao Fundo Fundimo, reflectiram-se favoravelmente no montante de comissões cobradas, as quais registaram um crescimento de 13%, atingindo o montante de 9.497 milhares de euros, em 31 de Dezembro de 2008.

Os custos de funcionamento sofreram um aumento como consequência do incremento da actividade global, nomeadamente, do aumento do número de fundos. Os encargos com serviços e comissões registaram ainda um crescimento em consequência do aumento das comissões pagas à empresa subcontratada para gerir um dos fundos especializados. Estes aumentos foram também induzidos pelo crescimento do número de fundos que originou investimentos adicionais em sistemas de informação e tecnologia.

Estes desenvolvimentos reflectiram-se positivamente nos resultados, tendo a Fundimo fechado o ano com resultados líquidos de 5.227 milhares de euros, mais 13% que no período homólogo de 2007.

SOCIEDADE GESTORA

(Milhares de Euros)

	2007	2008	Varição homóloga
Activo líquido	9 243	10 750	16%
Capitais próprios	7 649	8 876	16%
Resultado líquido	4 642	5 227	13%
Capital social	600	600	
% GRUPO CGD	100,0%	100,0%	

4. FUNDOS DE PENSÕES - CGD PENSÕES

EVOLUÇÃO COMERCIAL

A CGD Pensões terminou o ano de 2008 tendo sob gestão dezasseis fundos de pensões fechados e quatro fundos de pensões abertos. O valor patrimonial dos fundos geridos ascendia a 1.577,59 M€, representando um crescimento de 8,6% face aos 1.452,29 M€ geridos no final de 2007.

No segmento dos fundos de pensões fechados, para além da manutenção dos treze fundos já geridos, concretizou-se a transferência para a Sociedade de dois fundos e a constituição de um novo fundo de pensões, tendo-se obtido também o mandato para a gestão de mais um fundo de uma grande instituição nacional, cuja transferência só será concretizada durante o ano de 2009.

Ao nível dos fundos de pensões abertos, tendo em linha de conta as condições dos mercados financeiros e procurando dar resposta às necessidades dos seus clientes, a CGD Pensões lançou, em 15 de Julho de 2008, o Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Prudente”. Este fundo veio complementar a oferta já existente neste segmento - Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Activa”, Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Valor” e Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Garantida 2022” - caracterizando-se por uma política de investimento que tem como objectivo de assegurar um rendimento compatível com os instrumentos tradicionais de dívida de curto e médio prazos.

Devido à conjuntura de crise que marcou a generalidade dos mercados financeiros e a economia mundial durante o ano, os reembolsos de unidades de participação dos fundos de pensões abertos sob gestão, na sua larga maioria por parte de Participantes já reformados, ascendeu a 40.738.718 €, tendo-se igualmente verificado transferências de 9.219.532 € dos fundos abertos já existentes para o novo fundo “Caixa Reforma Prudente”, mais conservador.

Não obstante, durante o ano registaram-se 1.228 novas adesões individuais e 5 novas adesões colectivas aos fundos de pensões abertos geridos (uma ao fundo “Caixa Reforma Activa” e quatro ao fundo “Caixa Reforma Prudente”), tendo-se verificado novas subscrições no valor de 6.861.392 €.

Para alcançar os objectivos a que se propõe no início de cada ano, a Sociedade continuou a contar com a colaboração imprescindível tanto da rede comercial do Grupo, como da área comercial da Caixa Gestão de Activos.

EVOLUÇÃO FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Exercício de 2008, no valor de 1.025 milhares de euros, registou um acréscimo de 129 milhares de euros em relação ao ano anterior. Este aumento ficou a dever-se, essencialmente, ao incremento das comissões de gestão dos Fundos Fechados, e em especial, dos três fundos, cujo mandato de gestão se iniciou em 2008.

Quanto aos custos operacionais, assinala-se como mais relevante os aumentos dos fornecimentos e serviços externos (+58 milhares de euros), devido a trabalhos actuariais e à comissão de comercialização e dos custos com pessoal (+19 milhares de euros), devido à actualização das remunerações.

Os proveitos financeiros registaram um aumento de 51 milhares de euros, proveniente de rendimentos de unidades de participação em fundos de investimento.

No fim do exercício, o activo líquido da Sociedade Gestora totalizava 6.855 milhares de euros, mais 487 milhares de euros do que em 31 de Dezembro de 2007.

Os Capitais Próprios, por seu turno, registaram um acréscimo de 825 milhares de euros, provenientes dos resultados do exercício de 2008 (1.025 milhares de euros), contra uma diminuição por distribuição de dividendos (200 milhares de euros).

SOCIEDADE GESTORA

(Milhares de Euros)

	2007	2008	Varição homóloga
Activo líquido	6 368	6 855	8%
Capitais próprios	5 153	5 978	16%
Resultado líquido	897	1 025	14%
Capital social	3 000	3 000	
% GRUPO CGD	100,0%	100,0%	

5. ESTRUTURA OPERACIONAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A área de gestão dos sistemas de informação da Caixa Gestão de Activos consolidou durante o ano de 2008 os processos de negócio através da melhoria das actividades de gestão de informação e de gestão tecnológica:

- Foi dada continuidade à actualização dos sistemas centrais de informação utilizados nas áreas de apoio ao negócio, nomeadamente nas actualizações aos sistemas de valorização de fundos de investimento mobiliário, fundos de pensões e gestão de patrimónios, bem como ao sistema de gestão de contribuições e participantes dos fundos de pensões.
- Foi concluída a implementação do software de Gestão e Valorização de Imóveis e Fundos de Investimento Imobiliários, para uma versão mais actualizada tecnologicamente, facilitando a execução dos processos de negócio e a adequação às novas necessidades na gestão dos Fundos de Investimento Imobiliários.
- Foi consolidada a utilização do sistema para apoio ao processo de reconciliações financeiras e físicas.
- Foi consolidada a utilização do software de contabilidade e gestão de pessoal.
- Foi consolidada a plataforma de gestão e distribuição de informação, que fornece serviços de informação na área de gestão de títulos, pricing, reporting legal e disponibiliza informação para os sítios da Caixa Gestão de Activos.
- Foi reforçada a presença na Internet, através da introdução de novas funcionalidades nos sítios da Caixa Gestão de Activos, nomeadamente no www.cgdpensos.pt onde foram criadas as áreas de acesso a Empresas e a Particulares.

No seguimento da política de investimento na melhoria dos processos de trabalho e na criação de valor para o accionista, foram igualmente reforçados os seguintes projectos:

- Selecção e conclusão da implementação de uma nova ferramenta de Asset Management;
- Elaboração do Caderno de Encargos para o desenvolvimento de um sistema de frontoffice comercial que sirva, de uma forma integrada, o negócio da Caixa Gestão de Activos, permitindo a disponibilização de informação aos clientes, aos gestor e o controlo e acompanhamento do negócio.

6. RECURSOS HUMANOS

No final de 2008, a Caixa Gestão de Activos contava no seu efectivo um total de 113 colaboradores, o que corresponde ao acréscimo de três colaboradores em relação a 2007, em consequência do movimento de 9 entradas e 6 saídas. Esta variação líquida deve-se, essencialmente, ao aumento verificado na Fundimo, devido ao acréscimo de negócio, principalmente nos fundos fechados. A este efectivo há que adicionar 5 administradores que desempenham funções executivas nas sociedades, número igual ao do ano anterior.

Os custos totais com os recursos humanos das empresas que integram a Caixa Gestão de Activos, tanto em regime de contrato directo como de cedência de outras instituições do Grupo, atingiram em 2008, o montante de 5.850 Milhares de euros, mais 8.9% do que o registado no exercício anterior. Este acréscimo traduz a actualização salarial anual, alguma diferenciação nas carreiras técnicas e a necessidade de retenção de quadros mais qualificados. No ano de 2008 continuou a merecer destaque a orientação dada à avaliação de desempenho, como parte integrante do processo de remuneração por mérito dos colaboradores.

O nível, a capacidade e a motivação das pessoas que integram as empresas da Caixa Gestão de Activos constituíram, da mesma forma que em anos anteriores, as preocupações centrais da política de pessoal que, ao fomentar a identificação dos empregados com o projecto Gestão de Activos, visa a manutenção do padrão de qualidade dos serviços prestados. Assim, salienta-se o apoio concedido em 2008, para reforço do nível académico das carreiras técnicas de Gestão de Activos bem como a preocupação constante com uma política de retenção de talentos, através do acompanhamento e evolução dos recursos humanos que possam responder aos desafios mais estratégicos.

7. SUPERVISÃO E COMPLIANCE

A Caixa Gestão de Activos considera fundamental que as Sociedades, os Fundos e as Carteiras que administra possuam um sistema de controlo interno adequado e eficaz, por forma a dar cumprimento às obrigações legais e aos deveres a que se encontra sujeita. Neste sentido, foi criada a função Compliance há cerca de dois anos e meio, tendo sido dotada de recursos humanos de elevada competência e experiência na actividade de gestão de activos e foram realizados avultados investimentos em sistemas e recursos humanos tendo em vista o aprofundamento das competências nesta área.

A Caixa Gestão de Activos, consciente de que o sistema de gestão de riscos deve corresponder a um conjunto integrado de processos contínuos que garanta uma implementação adequada da estratégia e cumprimento dos objectivos da instituição, implementou em 2008 o projecto Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI) e Plano de Continuidade de Negócio (PCN) que sumariamente se descrevem:

- O projecto ROCI tem como macro objectivos desenvolver capacidades de gestão de risco operacional, responder a aspectos de regulação e compliance, mitigar o risco operacional e desenvolver um sistema de controlo interno que acompanhe as melhores práticas internacionais. Foi implementada uma aplicação informática “SAS OpRisk Monitor” com o objectivo de criar um processo sistematizado e estruturado para a recolha dos eventos, das perdas e das recuperações de risco operacional. Em suma, a Caixa Gestão de Activos pretende ter um sistema de gestão de risco operacional eficaz e eficiente e um sistema de controlo interno robusto e documentado;

- O projecto PCN desenvolveu-se em duas fases, a primeira contemplou o levantamento e documentação do conjunto de processos e a análise da criticidade dos mesmos, com vista ao apuramento do impacto causado por uma eventual interrupção das actividades em cada processo. A segunda fase, que terminará em meados de 2009, contempla o desenho e implementação do plano de continuidade operacional e de recuperação tecnológica. Para 2009, pretende-se terminar a segunda fase do projecto PCN e consolidar a implementação da gestão do risco operacional e do controlo interno.

Na identificação dos riscos materiais a que a sociedade se encontra exposta, a Caixa Gestão de Activos considera o risco de *compliance*, o risco operacional, o risco dos sistemas de informação, o risco de estratégia e o risco de reputação como os mais importantes e aqueles que poderão afectar a situação financeira da sociedade de forma mais grave.

F. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E CAPITAIS PRÓPRIOS

CONTA CONSOLIDADA

As contas da Caixa Gestão de Activos são consolidadas na Caixa Geral de Depósitos. Apresenta-se no quadro seguinte uma análise comparativa dos indicadores agregados das empresas que constituem a estrutura da Caixa Gestão de Activos.

CAIXA - GESTÃO DE ACTIVOS SGPS SA

Principais Indicadores de Dezembro 2008

Unidade: Milhares de Euros

	SGPS	CAIXAGEST	FUNDIMO	CGD PENSÕES	Consolidado 2008	Ano Anterior	Variação %
Indicadores de Resultados e de Balanço							
Margem Financeira	379	1.380	403	74	2.236	1.531	46,0%
Produto Bancário	379	14.229	9.301	2.724	26.633	30.416	-12,4%
dos quais: Comissões							
- Comissões de Serviços Prestados	0	34.652	9.497	3.522	47.671	63.828	-25,3%
- Comissões de Comercialização	0	-19.023	0	-805	-19.828	-31.209	-36,5%
Outros Custos	15	8.405	2.197	1.326	11.943	12.044	-0,8%
dos quais:							
- Custos com Pessoal	0	4.519	1.225	271	6.015	5.743	4,7%
- Fornecimentos e Serviços Externos	15	3.780	991	1.026	5.812	5.782	0,5%
Resultado Antes de Impostos (1)	363	5.824	7.104	1.415	14.706	18.522	-20,6%
Impostos sobre Lucros	96	1.526	1.877	390	3.889	4.923	-21,0%
Resultados Líquidos	267	4.298	5.227	1.025	10.817	13.598	-20,5%
Capitais Próprios Totais (2)	8.527	35.450	8.876	5.978	58.830	53.643	9,7%
Indicadores de Actividade							
Proveitos Gerados para o Grupo:		41.881	13.328	3.779	58.988	77.476	-23,9%
- Comissões de Gestão		33.383	7.362	3.458	44.203	60.467	-26,9%
- Comissões de Banco Depositário		7.855	3.830	257	11.942	13.864	-13,9%
- Comissões de Subscrição e Resgate		643	2.136	64	2.843	3.144	-9,6%
Activos sob Gestão		19.508.927	1.347.636	1.577.592	22.434.155	24.723.447	-9,3%
Activos sob Aconselhamento		276.131			276.131	303.625	-9,1%
Total		19.785.058	1.347.636	1.577.592	22.710.286	25.027.072	-9,3%

(1) Os Resultados antes de Impostos e o Resultado Líquido da SGPS excluem os dividendos recebidos das participadas.

(2) Os Capitais Próprios Totais da SGPS excluem o valor do Investimento nas Filiais (Caixagest, Fundimo e CGD Pensões).

CONTAS INDIVIDUAIS

As contas da Caixa Gestão de Activos, SGPS, no que aos proveitos diz respeito, resumem-se aos dividendos recebidos das empresas subsidiárias (Caixagest, Fundimo e CGD Pensões) e aos juros provenientes de aplicações financeiras dos capitais próprios que atingiram o montante de 7.200 Milhares de Euros e 379 Milhares de Euros respectivamente, no exercício de 2008. O resultado líquido depois de impostos foi de 7 467 Milhares Euros.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos resultados líquidos das empresas participadas.

Evolução dos resultados líquidos das empresas Participadas

Unidade: Milhares de Euros

Sociedade	2007	2008	Varição 07/08
Caixagest	7908	4298	-46%
Fundimo	4642	5227	13%
CGD Pensões	897	1025	14%

G. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do preceituado nos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de imposto da Caixa Gestão de Activos, S.G.P.S. relativo ao ano de 2008, no valor de 7.466.813,13 Euros (sete milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e treze euros e treze cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- 10%, ou seja, € 746.681,31, para reforço da Reserva Legal;
- o remanescente, ou seja, € 6.720.131,82, colocamos à disposição dos Exmos. Accionistas.

H. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à actividade da Sociedade no decorrer do ano de 2008:

- Às entidades de supervisão - Banco de Portugal, Instituto de Seguros de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela disponibilidade e cuidadoso acompanhamento da evolução dos fundos, das carteiras discricionárias e das sociedades;
- Aos membros da Assembleia-geral e das entidades revisoras de contas das sociedades e dos fundos, pelo empenhamento colocado na sua actuação fiscalizadora;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, a quem se dedica uma palavra de especial apreço;
- Às estruturas centrais do Grupo CGD, designadamente às estruturas de apoio às participadas, marketing, gestão de produtos, gestão de risco, gestão de recursos humanos, assessoria jurídica e controlo de gestão, de quem se recebeu sempre pronta e empenhada colaboração;
- Aos colaboradores de todas as empresas da Caixa Gestão de Activos, a cuja competência, dedicação e entusiasmo se devem parte importante dos resultados alcançados.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2009

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Oliveira Cardoso – Presidente

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria – Vice-Presidente
(Comissão Executiva – Presidente)

António Francisco Araújo Pontes
(Comissão Executiva)

Filipe Raimond da Silva Amado
(Comissão Executiva)

Fernando Manuel Domingos Maximiano
(Comissão Executiva)

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
(Comissão Executiva)

António Joaquim Sousa

I. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO SOCIETÁRIO

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As prioridades estratégicas definidas pelo accionista para o triénio 2008/2010 são as seguintes:

- Consolidação do crescimento rentável, através da captação de produtos de valor acrescentado, da obtenção de uma posição de liderança de mercado e da aposta na qualidade das soluções financeiras apresentadas;
- Aumento do contributo para o Grupo, através do aumento do comissionamento, e do controlo dos custos de funcionamento;
- Crescer com riscos controlados, através de um modelo de gestão assente na minoração de riscos. Implementação do projecto ROCI (para controlo e monitorização do risco operacional e controlo interno), investimento em tecnologias de informação que permitam melhorar a capacidade de gestão e controlo de risco dos investimentos, e captação de talentos em recursos humanos em áreas consideradas prioritárias.

MISSÃO, OBJECTIVOS E POLITICAS

A Caixa Gestão de Activos pretende ser reconhecida pelos clientes (internos e externos) como a sua primeira escolha de fornecedor de serviços de gestão de fundos mobiliários, imobiliários, de pensões e gestão de patrimónios. Para o triénio 2008-2010, a Caixa Gestão de Activos tem os seguintes objectivos:

- Reformular a oferta de Fundos Mobiliários e o serviço de gestão discricionária de carteiras, ajustando-os às necessidades dos clientes;
- Adequar as propostas de valor de gestão de investimentos à oferta de produtos e serviços;
- Aprofundar o desenvolvimento da actividade de Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário;
- Dotar-se das capacidades de informação, de tecnologia e de controlo e gestão de risco requeridas para a sua actividade;
- Implementar uma política de recursos humanos centrada no conhecimento, comunicação e avaliação de desempenho.

Para alcançar estes objectivos, a Caixa Gestão de Activos considera críticos os seguintes factores:

- Concretizar as aspirações financeiras dos **clientes** e proporcionar-lhes performance de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rendibilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo.
- Captar as melhores **peessoas** no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores **meios** e ferramentas de trabalho que permitam a excelência nas suas funções.
- Desenvolver a sua actividade em estreita **cooperação com a CGD**, que acumula papéis de accionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos.

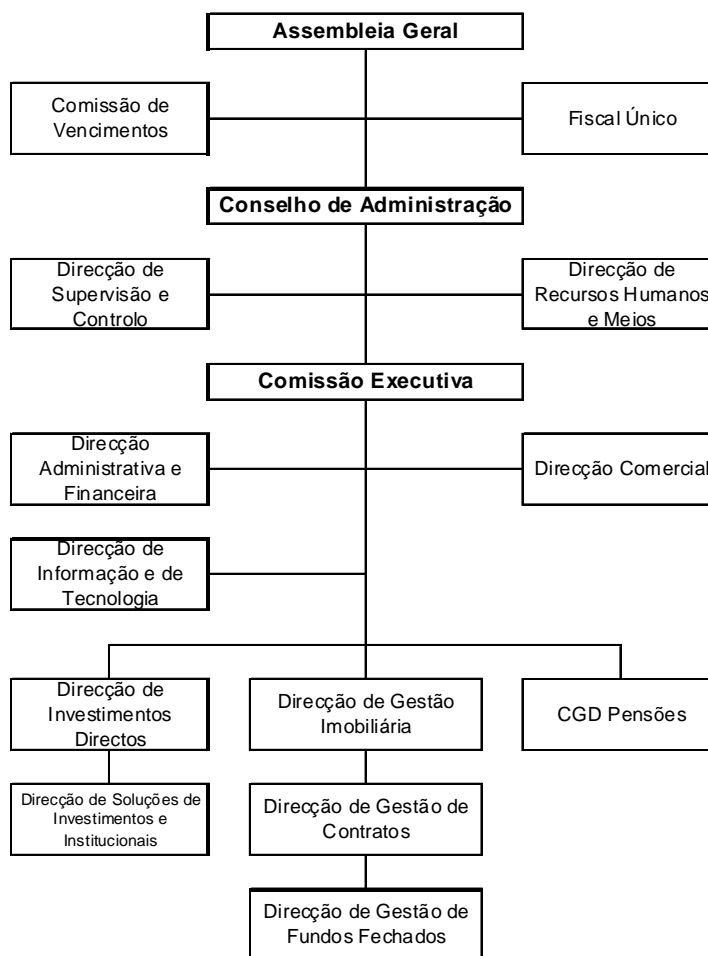
PLANO DE ACTIVIDADES

Anualmente é realizada uma reunião entre o Conselho de Administração e os quadros onde são apresentados os relatórios de cumprimento dos objectivos e o plano de actividades anual.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

A Caixa - Gestão de Activos, SGPS e as empresas participadas dispõem de uma estrutura organizativa integrada, que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias, sendo composta por Direcções funcionais na dependência directa da Comissão Executiva (órgão de estrutura de nível de enquadramento mais elevado).

Esquemáticamente o organigrama funcional é o seguinte:



Direcção de Supervisão e Controlo (DSC)

É responsável pela gestão do risco de *compliance* e pela Gestão de Risco Operacional e Controlo Interno. É completamente independente das restantes áreas funcionais da Caixa Gestão de Activos, não estando envolvida em qualquer actividade de gestão, valorização e liquidação. A Direcção de Supervisão e Controlo é composta por 4 elementos e tem como responsável a Dra. Paula Geada.

Direcção de Recursos Humanos e Meios (DRH)

É responsável por dirigir e coordenar as políticas e processos administrativos, respeitantes aos recursos humanos. A Direcção de Recursos Humanos e Meios é composta por 5 elementos e tem como responsável o Dr. Joaquim Pereira da Rosa.

Direcção Comercial (DC)

Desenvolve as actividades comerciais e de marketing da Caixa Gestão e Activos em estrita colaboração com a CGD. Assegura a formação da Rede Comercial da CGD, no lançamento de campanhas comerciais. A Direcção Comercial é composta por 10 elementos, sendo o responsável o Sr. José João Froes.

Direcção Administrativa e Financeira (DAF)

Desenvolve as actividades necessárias ao apuramento do valor das unidades de participação (UP) dos fundos e do valor dos patrimónios geridos. Processa todas as transacções realizadas e garante a existência de informação de gestão sobre as carteiras dos fundos e dos clientes da gestão discricionária. Realiza os processamentos necessários a garantir que as demonstrações financeiras de cada fundo e Sociedade espelhem, de forma correcta, a sua actividade. Esta direcção tem como responsável o Dr. José Pedro Rodrigues e tem 25 colaboradores.

Direcção de Informação e de Tecnologia (DIT)

É responsável pela gestão da informação, dos sistemas e da infra-estrutura tecnológica, em estrita colaboração com a Sogrupos SI da CGD. A Direcção de Informação e de Tecnologia é composta por 6 elementos e tem como responsável o Eng. António Nogueira.

Gestão de Activos Mobiliários

Direcção de Investimentos Directos (DID)

É responsável pela gestão dos investimentos directos em tesouraria, taxa de juro, crédito, acções e alocação de activos. A DID é composta por 17 elementos, tendo como responsável o Dr. António Vaz.

Direcção de Soluções de Investimentos e Institucionais (DSI)

É responsável pela gestão de investimentos indirectos, de outsourcing (escolha e acompanhamento de gestores externos), alternativos, gestão de carteiras de patrimónios e gestão de carteiras de investidores institucionais, designadamente carteiras de seguros e fundos de pensões. A DSI é composta por 7 elementos e tem como responsável o Dr. Ricardo Caliço.

Gestão de Activos Imobiliários

Direcção de Gestão Imobiliária (DGI)

É responsável pelo gestão das carteiras de imóveis, pela fundamentação dos investimentos e adjudicações, assegurando todo o apoio técnico da sua especialidade à Administração relativamente ao Fundo Aberto. Esta direcção é composta por 8 elementos, sendo o responsável o Eng. Jorge Madeira.

Direcção de Gestão de Contratos (DGC)

Esta Direcção é responsável pela análise e elaboração de contratos de compra e venda e de arrendamento, e pela preparação de todo o processo relativo a escrituras e registos dos imóveis dos fundos. Esta direcção é composta por 4 elementos, sendo a responsável a Dra. Filipa Silva.

Direcção de Gestão de Fundos Fechados (DGF)

Tem como responsabilidade a gestão do património destes fundos e pela gestão da relação com os participantes do fundo. Esta direcção é composta por 2 elementos, sendo o responsável o Eng. Carlos Pinheiro.

Gestão de Planos de Pensões

CGD Pensões

É responsável pela gestão dos fundos e dos planos de pensões. Esta direcção é composta por 8 elementos, sendo a responsável a Dr.^a Marta Magalhães.

INFORMAÇÃO SOBRE OS ÓRGÃOS SOCIAIS

Órgãos Sociais - triénio 2008/2010

A **Mesa da Assembleia Geral** é composta pelos seguintes membros:

Presidente	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Secretário	Dr. António Pereira Grada Ferreira
Secretário	Dr. Pedro Manuel Rodrigues de Araújo Martinez

A composição do **Conselho de Administração** para o mandato actual (triénio 2008/2010) é a seguinte:

<u>Presidente</u>	Dr. Pedro Oliveira Cardoso
<u>Vice-Presidente</u>	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Vogal	Dr. António Francisco Araújo Pontes
Vogal	Eng. Filipe Raimond da Silva Amado
Vogal	Dr. Fernando Manuel Domingos Maximiano
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr. António Joaquim Sousa

O **Fiscal Único** da Caixa Gestão de Activos é a Deloitte & Associados, SROC, representada pela Dr.^a Maria Augusta Cardador Francisco e o suplente o Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro.

A composição da **Comissão de Vencimentos** é a seguinte:

Membro	Dr. Vitor José Lilaia Da Silva
Membro	Dr. Henrique Pereira Melo

INFORMAÇÃO SOBRE OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Oliveira Cardoso

Primeira designação para o cargo de presidente do Conselho de Administração em 7/2/2008. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Pós-graduado em Actuariado pela Universidade Católica Portuguesa. MBA em Finanças pela Universidade Católica Portuguesa.

Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos (desde 2008). Vogal do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios (desde 2008). Presidente da Sogrupa - Serviços Administrativos, S.A. (desde 2008). Administrador do Banco Caixa Geral de Espanha do Grupo CGD (2005 -2008). Administrador Executivo do Banco BEST (2004-2005). Director Central Adjunto da Direcção de Mercado de Capitais - Rendimento Fixo no BCP Investimento e membro da Alta Direcção do Banco Comercial Português (2000-2004). Membro do Conselho de Administração da BCP Dealer (1999-2000). Presidente da CISF Securities, Corretora do Grupo BCP, em Nova Iorque (1997-1999). Director Geral Adjunto na Sucursal do Banco Português do Atlântico em Nova Iorque (1996-1999). Director da Direcção de Planeamento e Marketing do Banco Cif (1995-1996). Director Adjunto na Direcção de Mercado de Capitais do Banco Cif (1993-1995). Sub-Director da Direcção Internacional do Banco Comercial Português (1989-1993). Técnico na Direcção Internacional do Banco Pinto & Sotto Mayor (1988-1989).

Data de nascimento: 2 de Julho de 1965

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Primeira designação para o cargo de vice-presidente do Conselho de Administração em 11/10/2000. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguros (desde 2008). Presidente da comissão executiva (C.E.O.) da Caixa Gestão de Activos (desde 2001) e em consequência, presidente do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundimo, SGFII e da CGD Pensões, SGFP.

Administrador (C.F.O) da área seguradora do Grupo Fidelidade Mundial (2000-2008) e da Império Bonança (2005-2008). Membro do Conselho de Administração da Mundial-Confiança (desde 1995). Membro do Conselho de Administração da IPE Capital. Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (1989-1994). Membro do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras (1986-1989)

Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1955.

António Francisco Araújo Pontes

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 11/10/2000. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Pós-graduado em Economia Europeia.

Membro do Conselho de Administração da Fundimo (desde 2007), da Caixagest (desde 2004), da CGD Pensões (desde 2001) e da Caixa Patrimónios (2001-2003). Membro do Conselho de Administração da Investil, SGFIM (1991-2001). Director Central do Banco Nacional Ultramarino (1989-2001). Director Financeiro e Internacional do Banco Nacional Ultramarino – Macau (1983-1989). Membro do Conselho de Administração da Sofidema – Sociedade Financeira para o Desenvolvimento de Macau (1984-1989). Responsável pelo escritório de representação em Hong-Kong do BNU SOGEST (1987-1989). Técnico do Departamento de Estrangeiro do Banco de Portugal (1980-1983).

Data de nascimento: 6 de Setembro de 1949

Filipe de Raimond da Silva Amado.

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 31/3/2005. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Engenharia Civil e Mestre em Engenharia Estrutural (MSc) no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. Master on Business Administration (MBA) na Universidade Nova de Lisboa e curso “Leadership for Top Managers” (IMD - Lausanne).

Vice-Presidente da Fundimo, SGFII e Administrador da Caixagest (desde 2008). Presidente da Fundimo, SGFII (2005 a 2008). Membro do Comité Consultivo da Comissão Europeia “Expert Group on Open Ended Real Estate Funds” (2007 e 2008). Vice-Presidente da Selecta, SGFII (2002 a 2005). Administrador da Comitur, SGPS (2000 a 2002). Administrador da Imopólis, SGFII (1994 a 2002). Director do Banco Central Hispano Portugal e Administrador da Hispano Imobiliária, SGFII (1990 a 1994). Gestor de Projectos na Coba, Hidroprojecto e Prossistemas (1982 a 1990). Gestor da delegação da Hidroprojecto em Angola e docente da cadeira de Resistência de Materiais na Universidade de Luanda (1982 e 1983).

Data de nascimento: 12 de Maio de 1949.

Fernando Manuel Domingos Maximiano

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 7/2/2008. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso de “Global Asset Allocation” no International Center for Monetary and Banking Studies em Geneve. Curso de “Financial Risk Management” no Instituto de Gestão Bancária. Cursos de “Negotial Strategies” e de “Marketing Strategies” na Universidade Nova de Lisboa. Programa de Alta Direcção de Empresas no Instituto de Estudios Superiores de la Empresa da Universidade de Navarra.

Membro do Conselho de Administração da Fundimo, SGFII (desde 2003), da Lusopensiones, SGFP e da Lusogest, SGCIIC (desde 2002), da CGD Luxemburgo e da Sogrupu III Gestão de Activos, ACE (desde 2001), da Caixagest, Técnicas de Gestão de Fundos (desde 2000). Director-Geral da Caixagest (1994-2000). Chefe de Investimento em Obrigações de Taxa Fixa da Caixagest (1993-1994). Gestor de Fundos na Caixagest (1990-1993) e na UAP - Union des Assurance de Paris (1989-1990).

Data de Nascimento: 25 de Dezembro de 1960

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Graduado em Mercados e Activos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Activos Financeiros do ISCTE.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest e da CGD Pensões, SGFP (desde 2002). Director de Gestão de Activos do Barclays Bank, em Lisboa. Membro do Conselho de Administração da Mello Activos Financeiros, SGFIM e da Mello Activos Financeiros SGP. Director de Investimento da AF Investimentos, SGFIM. Director de Investimento da Tottafundos, SGFIM. Director de Research da Caixagest. Analista Financeiro, Gestor de Fundos de Acções e Subdirector da Área de Investimento, na Gestifundo, SGFIM.

Data de Nascimento: 20 de Maio de 1965

António Joaquim Sousa

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 7/2/2008. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto.

Director Central da Rede de Agências da CGD no Centro (desde 2005). Director Comercial de Agência (2002-2004). Director Comercial das Grandes Empresas no Norte (1994-2001). Substituto do Director Coordenador de Rede de Agências do BNU no Porto (1990-1993). Administrador Judicial. Técnico e responsável pela Delegação Norte da Parempresa - Sociedade Parabancária para a Recuperação de Empresas (1983-1990). Docente do IPAM - Instituto Português de Administração e Marketing (1987-1989).

Data de Nascimento: 19 de Dezembro de 1956.

REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O número de reuniões dos órgãos de administração durante o exercício de 2008 foi o seguinte:

- Conselho de Administração: 10 reuniões
- Comissão Executiva: 26 reuniões

INFORMAÇÃO SOBRE OS MEMBROS DOS RESTANTES ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Primeira designação para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral em 31/3/2005. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa. Pós-graduado em Direito e Gestão de Empresas pela Nova Fórum da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixanet, Caixatec, Fundimo, Gestinsua, Imocaixanjimo e Vale do Lobo). Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Participações, Gerbanca, Locarent, Parbanca e Sogrupos IV GI. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixa BI, Caixagest, Cares, Cares RH, CGD Pensões, Sogrupos SA e da Sogrupos SI. Membro do Conselho de Administração da Bandeirantes SGPS e da Wolfpart SGPS. Membro da Comissão de Vencimentos da Imocaixa, Multicare, Sogrupos SA e Sogrupos IV GI. Vogal da Comissão liquidatária da Caixaweb e da Culturgest. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980). Exerce advocacia em regime de profissão liberal (desde 1981).

Data de nascimento: 28 de Janeiro de 1952

António Pereira Grada Ferreira

Primeira designação para o cargo de secretário da Mesa da Assembleia Geral em 31/3/2005. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Capital, Caixa Desenvolvimento, Caixagest, Compal e Caixaweb (em liquidação). Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sgpice. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979). Docente da cadeira de Direito das Obrigações na Universidade Internacional (1987-89). Exerce advocacia em regime de profissão liberal (desde 1981).

Data de nascimento: 15 de Janeiro de 1948

Pedro Manuel Rodrigues de Araújo Martinez

Primeira designação para o cargo de secretário da Mesa da Assembleia Geral em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Gestão e pós-graduado em Gestão de Instituições e Operações Financeiras pelo Instituto Superior de Gestão. Curso de Auditoria de Gestão no ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixagest e da Fundimo, SGFII (desde 2008). Secretário da Mesa da Assembleia Geral e Membro da Comissão de Vencimentos da Turismo Fundos, SGFII (desde 2007).

Data de nascimento: 16 de Dezembro de 1968

Fiscal Único

Deloitte & Associados, SROC, representada pela Dr.ª Maria Augusta Cardador Francisco

Primeira designação para o cargo de Fiscal Único em 10/1/2000. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciada em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Revisora Oficial de Contas desde 1996.

Exerce a actividade de auditoria e revisão de contas desde 1996, essencialmente em bancos, companhias de seguros e outras entidades financeiras, nomeadamente, gestoras de fundos e sociedades gestoras de participações sociais do grupo CGD e de outros grupos financeiros portugueses. É sócia da entidade que veio dar lugar à Deloitte & Associados, SROC desde 1996.

INFORMAÇÃO SOBRE AS COMISSÕES ESPECIALIZADAS

A Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração da Caixa - Gestão de Activos, SGPS tem a seguinte composição:

Victor José Lilaia da Silva

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral dos Hospitais Privados de Portugal SGPS, HPP Centro, HPP Norte, Sogrupos - Serviços Administrativos, Sogrupos - Sistemas de Informação, Sogrupos IV - Gestão de Imóveis. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Seguros e Saúde SGPS. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Promotora SCR, do Banco Comercial Atlântico, da Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde. Membro do Conselho de Administração da Bandeirantes, SGPS, da Caixa - Participações, SGPS, da Caixa Geral de Depósitos - offshore de Macau, da Floresta Atlântica, SGFII, da Gerbanca, SGPS, da Imocaixa - Gestão Imobiliária, da Parbanca, SGPS (Zona Franca da Madeira) e da Parcaixa, SGPS. Vogal da Comissão Liquidatária da Caixaweb, SGPS e da Culturgest. Vogal suplente do Conselho Fiscal do Banco Interatlântico. Presidente da Comissão de Vencimentos da Esegur. Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Activos, da Caixa Capital, da Caixa Leasing e Factoring, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Caixatec, da CGD Pensões, da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, da Fundimo, da Imocaixa, da Império Bonança, Locarent, Margueira, Multicare, Sogrupos SA, Sogrupos SI, da Sogrupos IV - Gestão De Imóveis e do Tagusparque. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979).

Data de nascimento: 23 de Agosto de 1955

Henrique Pereira Melo

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 1/6/2006. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da CGD Pensões e Membro do Conselho de Administração da Sogrupos - Serviços Administrativos. Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco

Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Activos, da Caixa Capital, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, da Fundimo, da Império Bonança e da Sogrupa SI. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos desde 1977.

Data de nascimento: 23 de Outubro de 1946

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Comissão de Vencimentos, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia Geral, e tendo em consideração os objectivos definidos, delibera o valor das remunerações fixas dos administradores executivos e das variáveis de acordo com o desempenho económico da sociedade. As remunerações e encargos dos órgãos sociais no exercício de 2008 totalizaram 869.830 euros.

INDICAÇÃO DAS PESSOAS E DAS ENTIDADES ENCARREGADAS DA AUDITORIA EXTERNA.

Das várias empresas participadas da Caixa Gestão de Activos SGPS S.A., apenas a Caixagest - Técnicas Gestão de Fundos S.A. tem Auditor Externo: Deloitte & Associados SROC, representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães, sendo o Fiscal único a Oliveira Rego & Associados SROC, representada pelo Dr. Manuel de Oliveira Rego.

REMUNERAÇÃO DO ROC E DOS AUDITORES

Os custos relativos à remuneração dos serviços de revisão oficial de contas e de auditoria da Caixa Gestão de Activos e das empresas participadas no exercício de 2008 foram os seguintes:

- Caixa Gestão de Activos: 7.008€ (revisão e auditoria);
- Caixagest: 30.125€ (revisão) e 165.767€ (auditoria);
- Fundimo: 9.956€ (revisão e auditoria);
- CGD Pensões: 7.924€ (revisão e auditoria).

REGULAMENTOS INTERNOS

A Caixa - Gestão de Activos, SGPS e as empresas participadas dispõem de um Regulamento Interno que está disponível para consulta, na sua sede, na Avenida João XXI, 63, 2º, Lisboa.

O Regulamento Interno pretende garantir como princípio geral que todos os colaboradores, no exercício das suas funções, observam os mais elevados padrões de integridade e de honestidade, actuando sempre de uma forma competente, diligente e profissional, cumprindo com todas as disposições legais e regulamentares inerentes às actividades de intermediação financeira, com todas as normas éticas e deontológicas de conduta, previstas na lei, bem como no Código Deontológico da Associação Portuguesa de Fundos de Investimentos, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses este regulamento impõem que os colaboradores tenham sempre formulada e actualizada, perante o Conselho de Administração, uma declaração onde constem as situações susceptíveis de gerar conflitos de interesses que possam surgir devido aos seus vínculos económicos, familiares ou de outro tipo com entidades gestoras, por serviços relacionados com o mercado de valores ou com Sociedades cotadas em Bolsa. Os Destinatários não poderão utilizar directa ou indirectamente as informações obtidas no decorrer da sua actividade profissional, em seu próprio benefício nem facilitá-la a quaisquer clientes ou terceiros.

Todas as operações de aquisição ou alienação de unidades de participação efectuadas pelos colaboradores são alvo de restrições impostas por este Regulamento e, mensalmente, todos os colaboradores comunicam por escrito as operações realizadas por conta própria.

CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Anualmente é elaborado um relatório sobre o Sistema de Controlo Interno que é entregue ao Banco de Portugal e à CMVM onde se evidencia o cumprimento da legislação e regulamentação, as deficiências que a Sociedade apresenta e as medidas que está a desenvolver com vista a eliminar e que inclui capítulos relativos ao branqueamento de capitais e às reclamações de clientes.

Semestralmente, é também apresentado ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, o Relatório de Compliance, onde são identificados os incumprimentos verificados nas sociedades gestoras de fundos e as medidas adoptadas para corrigir eventuais deficiências. Este documento é preparado pela Direcção de Supervisão e Controlo, direcção responsável pela função *compliance* da Caixagest.

PROVEDOR DO CLIENTE

O provedor do cliente para os participantes de adesões individuais a Fundos de Pensões abertos é o Dr. Francisco Medeiros Cordeiro, sendo nomeado pela APFIPP em nome das suas associadas. As restantes áreas de negócio não estão obrigadas à nomeação de um Provedor do cliente.

SISTEMA DE CONTROLO DE PROTECÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA EMPRESA

Complementarmente ao Sistema de Controlo Interno (referido anteriormente), os clientes particulares que têm contrato de gestão de carteiras estão abrangidos pelo Sistema de Indemnização aos Investidores, pessoa colectiva de direito público, criada pelo Decreto Lei n.º 222/99, de 22 de Junho, com o objectivo de proteger os pequenos investidores e que funciona junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

CAIXA - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2008		2007		PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2008	2007
		Activo bruto	Amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		300	-	300	300	Passivos por impostos correntes	7	52.684	41.345
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	1.498.401	-	1.498.401	1.721.380	Outros passivos	8	14.206	8.544
Aplicações em instituições de crédito	4	7.090.580	-	7.090.580	5.073.184	Total do passivo		66.890	49.889
Investimentos em filiais e associadas	5	22.573.797	-	22.573.797	22.573.797	Capital	9	10.350.000	10.350.000
Outros activos	6	4.147	-	4.147	1.587	Outras reservas e resultados transitados	10	13.283.522	12.651.651
						Lucro do exercício		7.466.813	6.318.708
						Total da situação líquida		31.100.335	29.320.359
Total do activo		<u>31.167.225</u>	<u>-</u>	<u>31.167.225</u>	<u>29.370.248</u>	Total do passivo e da situação líquida		<u>31.167.225</u>	<u>29.370.248</u>

O anexo faz parte integrante destes balanços.

CAIXA - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2008	2007
Juros e rendimentos similares	11	378.710	222.596
Margem financeira		378.710	222.596
Rendimentos de instrumentos de capital	12	7.200.000	6.168.201
Encargos com serviços e comissões	15	(348)	(863)
Outros resultados de exploração		-	(46)
Produto bancário		7.578.362	6.389.888
Gastos gerais administrativos	13	(15.351)	(16.916)
Resultado antes de impostos		7.563.011	6.372.972
Impostos			
. Correntes	7	(96.198)	(54.264)
. Diferidos	7	-	-
Resultado líquido do exercício		7.466.813	6.318.708

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>		
Pagamentos a fornecedores	(7.973)	(15.414)
Pagamento de impostos sobre lucros	(84.859)	(21.112)
(Aumento)/diminuição de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(2.000.000)	(5.000.000)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(4.624)	(587)
Fluxos gerados pelas actividades operacionais	<u>(2.097.456)</u>	<u>(5.037.113)</u>
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>		
Dividendos recebidos	7.200.000	6.168.201
Juros e rendimentos similares	361.314	149.413
Fluxos gerados pelas actividades de investimento	<u>7.561.314</u>	<u>6.317.614</u>
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>		
Pagamento de dividendos	(5.686.837)	(2.756.453)
Fluxos gerados pelas actividades de financiamento	<u>(5.686.837)</u>	<u>(2.756.453)</u>
Diminuição líquida de caixa e seus equivalentes	(222.979)	(1.475.952)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.721.680	3.197.632
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.498.701	1.721.680

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Reservas legais	Reservas livres	Total de reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	10.350.000	2.072.850	10.258.837	12.331.687	13.690	3.062.726	25.758.103
. Distribuição do lucro do exercício de 2006:							
. Transferência para reservas	-	306.273	-	306.273	-	(306.273)	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(2.756.453)	(2.756.453)
. Arredondamentos	-	1	-	1	-	-	1
. Resultado líquido do exercício de 2007	-	-	-	-	-	6.318.708	6.318.708
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	10.350.000	2.379.124	10.258.837	12.637.961	13.690	6.318.708	29.320.359
. Distribuição do lucro do exercício de 2007:							
. Transferência para reservas	-	631.871	-	631.871	-	(631.871)	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(5.686.837)	(5.686.837)
. Arredondamentos	-	(1)	-	(1)	1	-	-
. Resultado líquido do exercício de 2008	-	-	-	-	-	7.466.813	7.466.813
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	10.350.000	3.010.994	10.258.837	13.269.831	13.691	7.466.813	31.100.335

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade”) foi constituída em 10 de Dezembro de 1999 com a denominação de Gestibanca, SGPS, S.A., tendo alterado a denominação social para a actual em 15 de Novembro de 2000. A Sociedade tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, tendo iniciado as suas operações em 10 de Janeiro de 2000.

Conforme indicado na Nota 9, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), sendo as suas operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere. Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 15.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA's correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, não existem diferenças com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade entre as NCA's e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 não foram ainda objecto de aprovação pela Assembleia Geral. Contudo, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

A Sociedade não apresenta contas consolidadas, uma vez que se encontra dispensada de o fazer, nos termos do parágrafo 10 da Norma IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas”. De acordo com este parágrafo, a dispensa deve-se ao facto da Sociedade ser totalmente detida pela CGD, a qual apresenta demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia, e visto que não emitiu nem tem intenções de emitir instrumentos de dívida ou de capital próprio.

2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Investimentos em filiais e associadas

Esta rubrica inclui as participações estáveis em empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, nas quais a Sociedade exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, sendo o controlo evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Estas participações são denominadas filiais. Nos termos da Norma IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas” estes investimentos encontram-se registados ao custo de aquisição (ver Notas 5 e 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Os dividendos são registados como proveito no exercício em que é aprovada a sua distribuição pelas filiais, na rubrica de "Rendimentos de instrumentos de capital".

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – "Impostos sobre o rendimento" e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipam estarem em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou liquidado o passivo.

c) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica refere-se a depósitos à ordem domiciliados na CGD (Nota 15). Nas mesmas datas, estes depósitos eram remunerados às taxas anuais brutas de 3,42% e 4,09%, respectivamente.

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo desta rubrica refere-se a um depósito a prazo e correspondentes juros corridos nos montantes de 7.000.000 Euros e 90.580 Euros, respectivamente. Este depósito a prazo encontra-se domiciliado na Caixa Geral Depósitos, S.A., sendo remunerado à taxa anual bruta de 5,68% e tem o seu vencimento em Abril de 2009 (Nota 15).

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo desta rubrica refere-se a um depósito a prazo e correspondentes juros corridos nos montantes de 5.000.000 Euros e 73.184 Euros, respectivamente. Este depósito a prazo encontra-se domiciliado na Caixa Geral Depósitos, S.A., sendo remunerado à taxa anual bruta de 4,77% e tem o seu vencimento em Março de 2008 (Nota 15).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Caixagest)	15.798.473
Fundimo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Fundimo)	3.716.189
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (CGD Pensões)	3.059.135

	22.573.797
	=====

Os principais dados financeiros das empresas participadas, obtidos a partir das respectivas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são como segue:

Entidade	2008			
	Percentagem de participação	Activo	Situação líquida ^(*)	Lucro do exercício
Caixagest	100%	43.123.139	35.449.854	4.297.657
Fundimo	100%	10.750.128	8.876.387	5.227.017
CGD Pensões	100%	6.854.567	5.977.610	1.025.094

Entidade	2007			
	Percentagem de participação	Activo	Situação líquida ^(*)	Lucro do exercício
Caixagest	100%	43.741.867	34.094.742	7.908.262
Fundimo	100%	9.242.696	7.649.371	4.642.485
CGD Pensões	100%	6.368.479	5.152.516	896.900

(*) Inclui o lucro do exercício

A Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. foi constituída por escritura pública de 6 de Novembro de 1990. O seu objecto consiste na administração e gestão de fundos de investimento mobiliário, abertos ou fechados, podendo igualmente exercer a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, incluindo as correspondentes a fundos de pensões, com base em mandato conferido pelos investidores.

A Fundimo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. foi constituída em 8 de Janeiro de 1987, tendo por objecto exclusivo a administração, gestão e representação de fundos de investimento imobiliário.

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. foi constituída em 14 de Maio de 1992, tendo por principal actividade a administração, gestão e representação de fundos de pensões.

A diferença entre o custo de aquisição das participações e o valor dos capitais próprios das empresas filiais, dado serem detidas a 100%, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Entidade	2008		
	Equivalência patrimonial	Custo	Diferença
Caixagest	35.449.854	15.798.473	19.651.381
Fundimo	8.876.387	3.716.189	5.160.198
CGD Pensões	5.977.610	3.059.135	2.918.475
	-----	-----	-----
	50.303.851	22.573.797	27.730.054
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Entidade	2007		
	Equivalência patrimonial	Custo	Diferença
Caixagest	34.094.742	15.798.473	18.296.269
Fundimo	7.649.371	3.716.189	3.933.182
CGD Pensões	5.152.516	3.059.135	2.093.381
	-----	-----	-----
	46.896.629	22.573.797	24.322.832
	=====	=====	=====

6. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
Despesas com custo diferido - Seguros	1.587	1.587
Outros	2.560	-
	-----	-----
	4.147	1.587
	=====	=====

7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2008 e 2007 corresponde a 26,5%.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, excepto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2005 a 2008. No entanto, na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção ou liquidação adicional relativamente aos exercícios atrás referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Ao abrigo do regime fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais, os lucros distribuídos à Sociedade pelas suas participadas são integralmente dedutíveis em sede de IRC.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro para efeitos de determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, pode ser detalhada como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Resultado antes de imposto	7.563.011	6.372.972
Ajustamentos:		
. Rendimento de instrumentos de capital (Nota 12)	(7.200.000)	(6.168.201)
	-----	-----
Lucro tributável	363.011	204.771
	-----	-----
Matéria colectável	363.011	204.771
Taxa de imposto	26,5%	26,5%
	-----	-----
	96.198	54.264
	=====	=====

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Passivos por impostos correntes:		
. Pagamentos por conta	43.514	11.669
. Pagamentos especiais por conta	-	1.250
. Estimativa de imposto corrente do exercício	(96.198)	(54.264)
	-----	-----
	(52.684)	(41.345)
	=====	=====

8. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Auditoria	13.937	6.849
Outros	269	1.695
	-----	-----
	14.206	8.544
	=====	=====

9. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o capital da Sociedade estava representado por 2.070.000 ações com valor nominal de 5 Euros cada, totalmente subscrito e realizado, sendo integralmente detido pela CGD.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)10. OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de "Outras reservas e resultados transitados" têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Outras reservas:		
· Reservas legais	3.010.994	2.379.124
· Reservas livres	10.258.837	10.258.837
Resultados transitados	13.691	13.690
	-----	-----
	13.283.522	12.651.651
	=====	=====

Reserva legal

A Sociedade constitui uma reserva legal por afectação de 10% do resultado líquido de cada exercício, até um limite igual ao valor do capital ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. De acordo com a legislação em vigor, esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Dividendos

Nas reuniões de Assembleia Geral realizadas nos dias 31 de Março de 2008 e 30 de Março de 2007, foi deliberada a distribuição de dividendos nos montantes de 5.686.837 Euros e 2.756.453 Euros, respectivamente.

11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Nos exercícios de 2008 e 2007 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros de aplicações em instituições de crédito (Notas 4 e 15)	278.733	73.183
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito (Notas 3 e 15)	99.977	149.413
	-----	-----
	378.710	222.596
	=====	=====

12. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2008 e 2007 esta rubrica refere-se aos dividendos recebidos de empresas filiais e apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fundimo	4.000.000	4.068.201
Caixagest 3.000.000	2.000.000	
CGD Pensões	200.000	100.000
	-----	-----
	7.200.000	6.168.201
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)13. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Trabalhos especializados	10.484	9.697
Seguros	3.175	3.175
Outros	1.692	4.044
	-----	-----
	15.351	16.916
	=====	=====

14. EFFECTIVO MÉDIO ANUAL DE TRABALHADORES

A Sociedade não tem quadro próprio de pessoal, estando as tarefas inerentes ao seu funcionamento a cargo do Conselho de Administração, o qual não é remunerado.

15. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os resultados gerados pela Sociedade em transacções efectuadas com entidades relativamente às quais está em relação de domínio ou de controlo conjunto (entidades do Grupo CGD) foram os seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros e rendimentos similares (Nota 11)	378.710	222.596
Rendimentos de instrumentos de capital (Nota 12)	7.200.000	6.168.201
Encargos com serviços e comissões	(19)	(11)
	-----	-----
	7.578.691	6.390.786
	=====	=====

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Sociedade mantém os seguintes saldos com entidades do Grupo CGD:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Activo</u>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	1.498.401	1.721.380
Aplicações em instituições de crédito (Nota 4)	7.090.580	5.073.184

16. INCLUSÃO NAS CONTAS CONSOLIDADAS DE OUTRA INSTITUIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as demonstrações financeiras da Sociedade são incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S.A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Av. João XXI, nº 63, 1000-300 Lisboa.

**CAIXA – GESTÃO DE ACTIVOS,
SGPS, S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2008 ACOMPANHADAS DA
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

Fevereiro de 2009

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Sociedade inserida no Grupo Caixa Geral de Depósitos), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 31.167.225 Euros e capital próprio de 31.100.335 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.466.813 Euros, as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

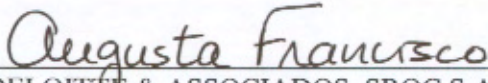
Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa - Gestão de Activos, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2009


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista da Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Sociedade ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2008 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2009


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco